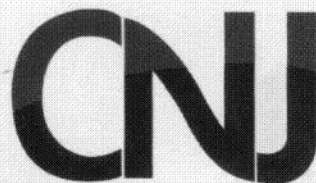




## TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 2<sup>a</sup> REGIÃO

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA  
QUE ENTRE SI CELEBRAM O  
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, O  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2<sup>a</sup>  
REGIÃO, O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO, O  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO  
DA 1<sup>a</sup> REGIÃO, A FEDERAÇÃO DAS  
INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE  
JANEIRO, A PREFEITURA DA CIDADE  
DO RIO DE JANEIRO E A ASSOCIAÇÃO  
COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO,  
VISANDO REDUZIR A LITIGIOSIDADE  
E CONFERIR MAIOR CELERIDADE  
NO JULGAMENTO DAS AÇÕES  
JUDICIAIS





CONSELHO  
NACIONAL  
DE JUSTIÇA

I

Ofício n.º 433/SG

Brasília, 10 de maio de 2010.

A Sua Excelência o Senhor

**Desembargador Federal Paulo César Moraes Espírito Santo**

Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Rio de Janeiro - RJ

**Assunto:** Encaminha uma cópia autenticada do Acordo de Cooperação Técnica n° 087/2009.

Senhor Presidente,

De ordem, encaminho para fins de arquivo a cópia autenticada do Acordo de Cooperação Técnica n° 087/2009, que tem por objeto o estabelecimento de medidas que possibilitem o intercâmbio de dados e informações de interesse recíproco dos partícipes, visando reduzir a litigiosidade e conferir maior celeridade no julgamento das ações judiciais.

Informo que o referido Acordo foi publicado no Diário de Justiça Eletrônico do dia 6 de outubro de 2009, edição n° 169/2009.

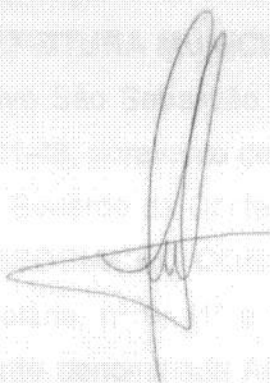
Respeitosamente,

Recebido  
na Presidência

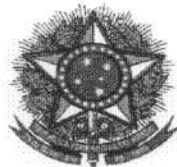
Em 18,05,10

Às 18,00

Por 



**Rubens Rihl**  
Secretário-Geral

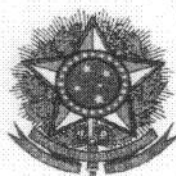


## **TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N.º 087/2009**

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO, A FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, A PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO E A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

**O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília - DF, CNPJ 07421906/0001-29, doravante denominado CNJ, neste ato representado por seu Presidente, Ministro Gilmar Mendes, RG 388410 SSP/DF e CPF 150.259.691-15; a **FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, com sede na Avenida Graça Aranha, nº 1 - 12º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ, CNPJ/MF nº 42.422.212/0001-07, doravante denominada FIRJAN, neste ato representada por seu Presidente, Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, RG 020432425 IFP/RJ e CPF 008.564.287-87; a **PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO**, com sede no Centro Administrativo São Sebastião, Rua Afonso Cavalcanti, nº 455, CNPJ/MF nº 42.498.733/0001-48, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representada pelo Prefeito, Eduardo da Costa Paes, RG 05841605-8 IFP/RJ e CPF 014.751.897-02 ; a **ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO**, com sede na Rua da Candelária, nº 9, 11º e 12º andares, Rio de Janeiro-RJ, 33.611.617/0001-00, doravante denominada ACRJ, neste ato representada por seu Presidente, José Luiz Alquéres, RG 1.688.939 IFP/RJ e CPF 027.190.707-





00; o **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**, com sede na Rua do Acre, nº 80, Rio de Janeiro-RJ, CNPJ 532.243.347/0001-51, doravante denominado TRF2, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador Federal Paulo Cesar Moraes Espírito Santo, RG 2113790 IFP/RJ e CPF 179.574.947-49; o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, com sede na Avenida Erasmo Braga, nº 115, Rio de Janeiro-RJ, CNPJ/MF 28.538.734/0001-48, doravante denominado TJRJ, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador Luiz Zveiter, RG 81302269-6 IFP/RJ e CPF 483.294.607-20; o **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO**, com sede na Avenida Presidente Antônio Carlos, nº 251, Rio de Janeiro-RJ, CNPJ 02578421/0001-20, doravante denominado TRT1, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador Aloysio Santos, RG 628002 IFP/RJ e CPF 031.831.307-34, **RESOLVEM** celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, mediante as cláusulas e condições a seguir enumeradas:

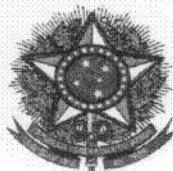
#### **DO OBJETO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente Acordo tem por objeto o estabelecimento de medidas que possibilitem o intercâmbio de dados e informações de interesse recíproco dos partícipes, visando reduzir a litigiosidade e conferir maior celeridade no julgamento das ações judiciais.

**Parágrafo único** - A conjugação de esforços tem como fundamento o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário, instituído pela Resolução CNJ nº 70, de 18 de março de 2009.

#### **DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPIES**

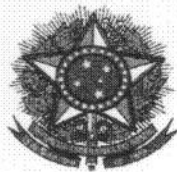
**CLÁUSULA SEGUNDA** – Para a consecução do objeto deste Acordo, as partes comprometem-se, mutuamente, na medida de suas possibilidades, a executar ações com vistas à solução de demandas e prevenção de litígios, por meio dos seguintes iniciativas:



- I – conciliação em processos judiciais já instaurados;
- II – instituir grupos de trabalho para realizar estudos e propor soluções para a redução do passivo judicial;
- III – estabelecer mecanismos ágeis e eficientes de extinção de processos;
- IV – propor alternativas à solução judicial dos conflitos, com destaque para a composição extrajudicial e administrativa e conseqüente prevenção de demandas recorrentes em juízo;
- V – prestar suporte logístico à realização dos eventos atinentes à Semana Nacional da Conciliação;
- VI – criar núcleos de conciliação em cidades do Estado do Rio de Janeiro, como medida de descentralização;
- VII – dar ampla divulgação ao teor deste Acordo e aos resultados obtidos;
- VIII – intercambiar outras informações, documentos e apoio técnico-institucional, necessários à consecução dos objetivos destacados;
- IX – acompanhar e avaliar, constantemente, a execução das ações a serem desenvolvidas.

#### **DA ADESÃO**

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Demais entidades poderão aderir ao presente instrumento.



### **DO ACOMPANHAMENTO**

**CLÁUSULA QUARTA** – Os partícipes designarão gestores para acompanhar, gerenciar e administrar a execução do presente Acordo.

### **DOS RECURSOS FINANCEIROS E MATERIAIS**

**CLÁUSULA QUINTA** – O presente Acordo não envolve a transferência de recursos. As ações resultantes deste ajuste que implicarem transferência ou cessão de recursos serão viabilizadas mediante instrumento apropriado.

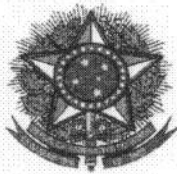
### **DA EFICÁCIA E DA VIGÊNCIA**

**CLÁUSULA SEXTA** – Este Acordo terá eficácia a partir da data de sua assinatura e vigência de doze meses, podendo ser prorrogado mediante Termo de Aditamento, caso haja interesse dos Partícipes.

### **DO DISTRATO E DA RESILIÇÃO UNILATERAL**

**CLÁUSULA SÉTIMA** – É facultado aos Partícipes promover o distrato do presente Acordo, a qualquer tempo, por mútuo consentimento, ou a resilição unilateral pela iniciativa de qualquer deles e sem qualquer penalidade, mediante notificação por escrito encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, restando para cada qual tão-somente a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior à notificação.





### **DA UTILIZAÇÃO DO NOME E LOGOMARCA**

**CLÁUSULA OITAVA** – O nome e a logomarca de quaisquer dos Partícipes somente poderão ser utilizados na consecução do objeto deste Acordo, sob pena da parte infratora responder pelo uso indevido.

### **DA PUBLICAÇÃO**

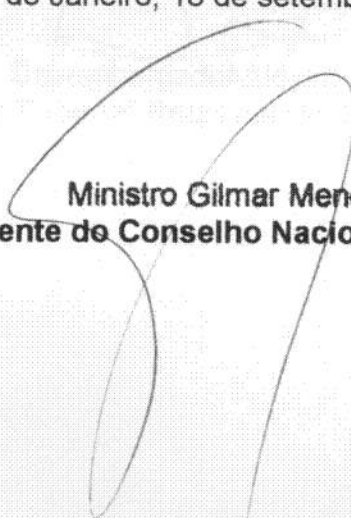
**CLÁUSULA NONA** – O extrato do presente instrumento será publicado no Diário de Justiça Eletrônico, pelo CNJ, de acordo com o que autoriza o art. 4º da Lei nº 11.419, combinado com o parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

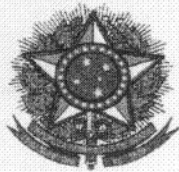
### **DO FORO**

**CLÁUSULA DEZ** – Não haverá estabelecimento de foro. Eventuais dúvidas ou controvérsia oriundas deste instrumento serão dirimidas de comum acordo pelos partícipes.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam os celebrantes o presente instrumento, para todos os fins de direito.

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 2009.

  
**Ministro Gilmar Mendes**  
**Presidente do Conselho Nacional de Justiça**



**r. Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira**  
**Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro**

**Eduardo da Costa Paes**  
**Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro**

**José Luiz Alquéres**  
**Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro**

**Desembargador Federal Paulo Cesar Moraes Espírito Santo**  
**Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região**

**Desembargador Luiz Zveiter**  
**Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**

**Desembargador Aloysio Santos**  
**Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

Expediente Externo Nº T2-EXT-  
2010/02738

Rio de Janeiro, 19 de maio de 2010.

Órgão Externo: Conselho Nacional de Justiça

Órgão Externo  
Obs.:

Número Original: Ofício nº 433/SG

Data: 19/05/10

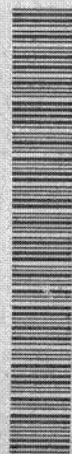
Subscritor: RUBENS RIHL

Descrição: Ofício nº 433/SG. ENCAMINHA CÓPIA DO ACORDO DE  
COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 87/2009, QUE TRATA DE  
MEDIDAS DE INTERCÂMBIO DE DADOS DE INTERESSE  
RECÍPRODO.

Cadastrante: OLENKA RODRIGUES VALENTE

Data do cadastro: 19/05/10 16:21:17

Classif. documental	90.02.00.01
---------------------	-------------



T2EXT201002738A